

EDITORIAL

Em tempos de cavalos no telhado o rei está nu

A Revista Entre-Lugar apresenta a todos/as o primeiro número de 2024, sua vigésima nona edição, publicada no final do outono, no início do inverno de 2024, dias de veranico, dias secos e de temperaturas elevadas para o período. A publicação é resultado do empenho dos/das autores/as, dos/das pareceristas e do apoio técnico recebido da Coordenadoria de Bibliotecas da UFGD, representada por Givaldo Ramos da Silva Filho, o qual, como sempre, tem desempenhado papel importante na gestão da plataforma OJS no âmbito da UFGD. O momento da publicação deste número coincidiu com a necessidade de atualização e manutenção do sistema OJS, condição que tornou a rotina editorial mais trabalhosa, exigindo dos envolvidos, leitores, autores, pareceristas e editores, um esforço ainda maior. Não por menos, esse empenho coletivo, e, mesmo a compreensão dos limites existentes para que a REL possa ser publicada, se faz importante para manter a existência e a qualidade da revista. Acreditamos que registrar esses agradecimentos logo no início do editorial é por demais importante e necessário.

O primeiro número de 2024 conta com o trabalho cuidadoso de Amanda Trindade Amorim, pesquisadora, pós-doutoranda, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual assina essa edição como editora convidada. Seu trabalho está presente na revisão técnica-científica dos textos, na editoração e na escrita desse editorial. Rafael Brugnolli Medeiros, pesquisador e professor do curso de Geografia da UFGD, auxiliou na construção da capa, elaborada tendo como base figuras presentes nos textos desta edição, uma opção que tem sido adotada a fim de valorizar o layout da REL e a ideia do entrelugar.

A frase escolhida para capa foi retirada do documento que ficou conhecido como relatório Brundtland¹, em alusão a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a qual coordenou sua publicação. O relatório, oriundo de trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é tido como o primeiro documento a disseminar no âmbito político-econômico as ideias de desenvolvimento sustentável, conceito preconizado e concebido desde a década de 1970 em diversos fóruns.

¹ Our common future. Oxford-New York, Oxford University Press, 1987. A primeira edição no Brasil foi publicada em 1988, uma segunda edição em 1991, às vésperas da ECO92 (Nosso Futuro Comum / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.)

O relatório indicou naquele momento que a pobreza e o consumismo elevado, essencialmente por parte dos países desenvolvidos, eram, e ainda são, as causas fundamentais que impediam e impedem um desenvolvimento igualitário no mundo, por sua vez, também produziam graves crises ambientais, na ocasião foram citadas com ênfase o desequilíbrio climático e a perda da biodiversidade.

Próximo de completar quatro décadas o relatório Brundtland nos parece ainda uma carta de intenções a ser compreendida e seus princípios e ideais com grandes dificuldades de serem implementadas. Olhar o relatório na segunda década do século XXI nos parece até *démodé*, fora de moda. Não podemos negar que alguns dos termos e conceitos passaram a ser pronunciados e inseridos na sociedade, ações básicas e mesmo simplistas foram incorporadas no âmbito da educação, da política e da economia, mas longe de dar conta dos problemas mais complexos que envolvem a sociedade e sua forma de viver e mesmo de se relacionar com o meio ambiente. De fato, o que se observa é até mesmo um movimento contrário, seja no Brasil e/ou em outras partes do mundo. A inércia verificada se iguala e é compatível com ao aumento das desigualdades sociais, a ampliação do consumismo, a ocorrência de impactos ambientais de grande escala cada vez com mais frequência e o avanço da perda da biodiversidade, essa decorrente da destruição de biomas e ecossistemas em diversas partes do mundo, no Brasil é um fato visível, estudado e denunciado cotidianamente. O “Nosso Futuro Comum”, visto como algo universal e para todos/as, é ainda algo no campo das ideias e das intenções, no qual o termo *desenvolvimento sustentável* tornou-se um símbolo e objeto de consumo do modelo de sociedade consumista predominante por assim dizer, condição que nos faz lembrar de Zygmunt Bauman²:

“Todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo mundo pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo pode ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. Essa esperança, racionalmente alimentada por alguns, é fútil para muitos outros. Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes.

Como todas as outras sociedades, a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada. Mas é possível distinguir um tipo de sociedade de outro pela extensão ao longo da qual ela estratifica seus membros. A extensão

² Bauman, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999. 145p.

ao longo da qual os de “classe alta” e os de “classe baixa” se situam numa sociedade de consumo é o seu grau de mobilidade – sua liberdade de escolher onde estar.” Bauman (1999, 94p.)

Se “Nosso Futuro Comum” tornou-se *démodé*, Bauman, mais do que nunca, nos parece atual e pertinente; assim como a expressão popular “a vaca subiu no telhado”, atualizada no Brasil, em 2024, para “o cavalo subiu no telhado”. Essa última nos serve para explicar, de forma metafórica, a incapacidade social, econômica e política de lidarmos com questões necessárias e urgentes, no caso as mudanças climáticas e as vulnerabilidades socioambientais que estão no seu entorno. Se “o cavalo subiu no telhado” é apropriado e oportuno dizermos então que o “rei está nu”; o desenvolvimento sustentável preconizado está sem vestimentas.



Equino preso no telhado em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Imagem da Internet, autoria desconhecida.



A Roupas do Rei, de Hans Cristian Andersen, é um conto de fadas dinamarquês publicado em 1837. Imagem adquirida na Internet, autoria desconhecida.

Neste sentido, naquilo que se refere as questões ambientais no Brasil e as mudanças climáticas, o ano de 2024, será reconhecidamente lembrado pela maior tragédia ambiental já registrada no território nacional, por sua extensão e magnitude, pelo número de pessoas atingidas e o montante de recursos necessários para recuperar as áreas atingidas pelas enchentes em todo o Rio Grande do Sul. Para além disso há valores materiais e imateriais que não são passíveis de serem recuperados ou mesmo reparados, essas perdas são cicatrizes que se farão e ficarão presentes nas pessoas e nas paisagens. É sabido, não há medida compensatória e/ou mitigadora que seja capaz de dar conta de lembranças,

emoções, sensações e sentimentos que ligam as pessoas a seus lugares. O entrelugar do território do Rio Grande do Sul terá que ser reconstruído e isso leva tempo.

Seria irresponsabilidade não lembrarmos que a magnitude e a extensão da tragédia registrada em imagens e números se devem a uma tríade muito bem concebida: a inoperância política, a inexistência de uma governança climática e o predomínio de um modelo econômico-social que tem em sua base tão apenas a ideia primária da produção e o consumo. Essa tríade fomenta a sociedade de consumo descrita por Bauman e se faz presente no relatório Brundtland. A forma de pensarmos a produção do espaço e o modelo de nossa sociedade potencializou a tragédia em si, portanto não há o acaso na tragédia.

Lembremos, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ocorrida no ano de 2021 demonstrou o árduo caminho percorrido na construção de um consenso e concordância de opiniões e pensamentos sobre os desafios que envolvem as mudanças climáticas. Da mesma maneira o Sexto Relatório de Avaliação (AR6³, em inglês) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no mês de agosto de 2021 em Genebra, na Suíça, é claro e muito objetivo acerca do papel exercido pelas ações antrópicas em diversas escalas e magnitudes. Assim reconhecer a materialidade de como o contexto de mudanças climáticas se dá no entrelugar torna-se urgente.

Talvez seja o momento, a oportunidade, o tempo histórico, de reconhecermos a impossibilidade de um modelo único de desenvolvimento; mas para isso é necessário ter clareza que há limites para o crescimento econômico, que justiça social e ambiental não devem ser justapostos a face do desenvolvimento, e que o processo de concentração de riquezas, seja por países e/ou indivíduos, se configura como barreiras, essas muitas vezes intransponíveis, um fato obscuro em si. Que a ideia de uma sociedade baseada em um modelo de consumo e produção, a qual gera desigualdades de inúmeras ordens, deve ser questionada sempre. Em um tempo presente marcado por diversos retrocessos no âmbito ambiental e social, no Brasil e no mundo, revisitar o relatório Brundtland⁴ em certa medida foi um exercício que exigiu esforço e mesmo certa perseverança de como pensar o futuro,

³ IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfi eld, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press

⁴ Aqueles(as) que se interessarem, o relatório “Nosso Futuro Comum” está disponível para download na Internet, deixamos aqui um link de acesso a uma cópia: https://www.academia.edu/39001224/Nosso_Futuro_Comum_relat%C3%B3rio_brundlandt

algo que não pode ser desprezado e nem mesmo ignorado; quando tratamos de questões socioambientais o futuro é pensado no presente. Há necessidade de assumirmos que o sistema capitalista e a forma de produção do espaço que ele propicia, incentiva e gera não é homeostático⁵ e nem mesmo sustentável, que ele não se autorregulará por si só.

As contribuições e geografias de tantos entrelugares

Sobre a edição em si, aos leitores e leitoras são apresentados textos inéditos, oriundos de pesquisa realizadas em diversas partes do Brasil; nessa edição estão registradas contribuições oriundas das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste. Os **Artigos** tratam de temas diversos, que demonstram a diversidade dos estudos geográficos e suas áreas correlatas. Na condição de editores desse número agradecemos aos autores e as autoras por escolherem a REL para publicarem os resultados de suas pesquisas, por compartilharem suas impressões e ideias sobre a Geografia e seus temas.

O primeiro texto **“A luta por terra, por território e pela Terra: breve ensaio sobre (des)caminhos e esperanças”** é composto por cinco seções que alcançam um panorama político-ideológico e teórico sobre a crise ambiental contemporânea, críticas o “ambientalismo pró-capital”, ao “neofascismo antiecológico”, ao “ecofascismo” e às “falácias pós-modernas” e finaliza com contrapontos emancipatórios aos discursos e práticas descritas. Um texto atual e provocador, que converge para o editorial proposto.

O segundo texto **“A ideologização da natureza e seus reflexos”** busca mostrar a externalização do conceito de Natureza a partir do iluminismo. Como resultado, é observado o aumento dos impactos ambientais decorrentes da apropriação da Natureza, em que se produz sucessivas anomalias, como as atribuídas às mudanças climáticas, cujos efeitos acabam sendo sentidos principalmente na escala local, o que pode ser explicado pela intensidade das intervenções humanas nos espaços urbanos. O texto, da mesma maneira que o anterior, se apresenta como oportuno para o momento histórico.

O terceiro texto **“Planejamento participativo, o estatuto das cidades e a gestão urbana: algumas notas”** discute a cidade e os problemas urbanos num contexto de crescimento demográfico marcado por sucessivos deslocamentos da população do campo para a cidade. Expõe a dimensão dos conflitos e a constante luta dos movimentos sociais por uma gestão urbana democrática. O texto dialoga com o quarto texto.

⁵ Marques, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

O quarto texto **“Cidade neoliberal e gestão da pobreza urbana”** tem como objetivo a compreensão das tramas entre a teologia da prosperidade, o neoliberalismo, o espaço geográfico e a manutenção da pobreza. Aborda ainda as lutas por usos democráticos das cidades, por justiça e igualdade, que devem considerar e desvendar os nexos, as coesões entre o poder pastoral e o neoliberalismo.

O quinto texto **“Barreiras topográficas no filme *Journey of Hope: dramas na fronteira*”** aborda um drama que não retrata apenas sobre a tragédia particular de família turca rompendo as fronteiras nacionais para tentar (re)territorializar-se em outra nação, mas também oferece uma visão mais ampla sobre a dinâmica de poder relacionada aos fluxos populacionais nos territórios fronteiriços, trazendo um universo de diálogo entre o cinema e a geografia.

O sexto texto **“Lugar da identidade e as identidades do lugar: aproximações teóricas entre os conceitos de lugar e identidade”** faz uma reflexão teórica acerca da relação entre os conceitos de lugar e identidade a partir do olhar da Geografia Cultural-Humanista. Defende a necessidade de estudos que busquem compreender as dinâmicas atuais de identificação geográfica sob um olhar teórico para contribuir com leituras sobre os processos que demarcam o mundo contemporâneo.

O sétimo texto **“Análise da capacidade de uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, Mato Grosso do Sul”** utiliza técnicas de Geoprocessamento para mapear a capacidade de uso da terra de uma bacia hidrográfica que envolve os municípios Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã de Mato Grosso do Sul. A metodologia aplicada mostrou-se satisfatória, pois permitiu integrar os dados de declividade, solos e uso da terra, com critérios reconhecidos na literatura, podendo subsidiar com medidas de planejamento das atividades agropecuárias.

O oitavo texto **“Mapeamento de áreas de risco de inundação do município de Ubá, Minas Gerais”** emprega o Geoprocessamento para mapear as áreas de risco de inundação no perímetro urbano de Ubá-MG, utilizando dados de altitude, declividade e uso da terra como entradas em um modelo multicriterial. Apesar de encontrar limitações, o estudo mostrou-se com potencial para contribuir com o poder público na gestão do risco de inundação.

O nono texto **“Festa do Vermelhense Ausente: aspectos identitários de uma festa popular mineira”** trata de uma festa realizada desde a década de 1950, em Vermelho Novo – MG, que possui características históricas, culturais e identitários da região.

Concerne de uma pesquisa qualitativa, em que foram coletados dados históricos, a partir de entrevistas com os nativos do município, e observadas as mudanças ao longo do tempo.

O décimo texto **“Erosão costeira: um estudo bibliométrico acerca do processo erosivo em falésias”** analisou o crescimento das discussões na comunidade científica e acadêmica internacional, sobre os processos erosivos em áreas de falésias. Observou-se o número crescente de trabalhos publicados entre 1993 e 2023, no entanto, reforça a necessidade de estudos acerca do ambiente costeiro, tendo em vista o avanço da urbanização nessas áreas, as mudanças climáticas, aumento do nível do mar e alterações causadas pela ação antrópica.

O décimo primeiro texto **“Análise dos locais com registros das ocorrências de alagamentos no Jardim Pantanal, Dourados, Mato Grosso do Sul”** buscou compreender as ocorrências de alagamento em um bairro do município de Dourados-MS, visando fornecer subsídios para a formulação de estratégias que possam mitigar seus impactos. A pesquisa mostra um dos reflexos intrínsecos dos desafios ambientais urbanos, em um cenário de produção em que o mercado imobiliário exerce forte influência.

A **Nota de Pesquisa** dessa edição, **“Missão técnica Brasil-China 2024”**, é resultado de uma missão de estudos realizada por **Lisandra Pereira Lamoso**, pesquisadora do CNPq e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD à China. Como a autora escreve “a Missão inaugurou a primeira visita de geógrafos brasileiros à China na celebração dos 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China.” A Nota de Pesquisa relata e retrata a visita realizada por dez pesquisadores de oito diferentes instituições de ensino superior do Brasil, retrata o processo de construção da Missão, seus desafios e resultados. O olhar da pesquisadora sobre o cotidiano e a produção do espaço do território chinês enriquece a narrativa e permite ao leitor compreender esse país cujas algumas nuances do entrelugar já se fazem no século XXII, como ela mesmo afirma: “Não há como não se impressionar com a densidade técnica acumulada nas cidades visitadas, principalmente quanto à mobilidade urbana e o dinamismo no consumo”.

A edição é finalizada com a **Resenha** do livro **“BABEL: entre a incerteza e a esperança”** obra de Zygmunt Bauman publicada no Brasil em 2016. Não podemos negar, o livro é quase um complemento a esse editorial, afinal, nele, há um retrato do pensar o presente, o hoje, e seus desafios; com destaque “a grande competitividade, o individualismo e as incerteza e solidões” que permeiam este século XXI.

Aqueles e aquelas que chegaram até aqui, como sempre, registramos nossos agradecimentos. A mensagem final permanece inalterada; que o conhecimento científico seja sempre aquele a descortinar o achismo e a ignorância, aquele a eliminar os dogmas e o fanatismo – mais do que nunca ele é necessário. Que a poesia, a literatura, a arte e outras formas de expressão nos ajudem a ir além da lógica e da racionalidade formal, para com isso sermos mais humanos – inclusive para compreendermos com clareza a importância e o papel social da Ciência. Cada vez mais isso nos parece essencial e reforça os princípios editoriais da REL.

Que possamos incrementar, incentivar e fomentar o desejo por publicar, por se fazer ciência no Brasil, e não esqueçamos da poesia:

Veio o frio, chegou pelo Sul
Veio o calor, chegou pelo Norte
Veio a seca, chegou sem rumo
Veio o temporal, chegou do litoral
Veio o vento, chegou de todos os lados
Veio a névoa, chegou ao amanhecer ⁶

Charlei Aparecido da Silva Amanda Trindade Amorim

Editor da Revista Entre-Lugar Editora Convidada

Dourados (MS), início do inverno, o Pantanal sul-mato-grossense agoniza e queima na velocidade do tempo presente. No entrelugar onde a vida tem íntima ligação com os ciclos das águas predomina a seca e a tragédia, novamente.

⁶ Trecho do poema **Veio Você** de Gigio Sartori, presente na coletânea **Só devaneios**, publicada pelo autor em 2022 pela PoloBooks.

Artigos